

Justiça investiga conta de Coelho na Suíça

Ministério Público ouvirá mais três deputados sobre a denúncia da 'caixinha' dos empresários de ônibus na Assembléia

Angelina Nunes e Elaine Rodrigues

• O Ministério Público está investigando a existência de uma conta numerada na Suíça do ex-procurador da Assembléia Legislativa José Carlos Torres Coelho. O procurador Élio Fischberg enviou ontem ofício ao ministro Renan Calheiros pedindo que o Ministério da Justiça apure, junto ao Governo suíço, a existência da conta. Em caso afirmativo, o procura-

dor solicitou que lhe seja enviado um extrato com a movimentação da conta desde a sua abertura. Coelho é suspeito de ter sido o autor do telefonema da proposta de suborno ao governador Anthony Garotinho, pouco depois de o Governo ter determinado a redução de 15% nos preços das passagens de ônibus.

A possível existência da conta na Suíça chegou ao conhecimento do procurador através do de-

putado Paulo Ramos, líder do PDT na Assembléia. O parlamentar recebeu a informação no fim de semana e encaminhou um ofício ao Ministério Público, que investiga as denúncias de corrupção e sobre a existência de uma "caixinha" dos empresários de ônibus na Assembléia.

Três outros deputados também receberam ofício para depor sobre o assunto: Paulo Mello (PSDB), Pedro Fernandes (PFL) e

Jorge Picciani (PMDB). Por serem parlamentares, eles têm direito a marcar hora e local do depoimento. Também foram convocados os ex-deputados Ademar Alves e Gilberto Rodriguez.

No dia 11, de manhã, já estão marcados os depoimentos dos funcionários lotados no gabinete da deputada Graça Mattos (PDT), líder do Governo, onde está instalado um telefone vermelho ligado à linha privativa do Governo.

Além disso, o deputado federal Antônio Carlos Biscaia (PT) entrou ontem com uma representação no Ministério Público estadual para que seja investigada a prática de atos de improbidade pelo deputado Jorge Picciani (PMDB). O parlamentar baseou seu pedido em reportagens publicadas no GLOBO domingo passado sobre a isenção de ICMS concedida às empresas de ônibus pela Assembléia e sobre a evolução

patrimonial de Picciani, que desde que se elegeu deputado pela primeira vez, em 90, acumulou cinco fazendas, carros importados e uma casa num condomínio da Barra da Tijuca.

Na Assembléia, será encaminhado para votação o pedido de abertura de uma CPI sobre enriquecimento ilícito de deputados. O autor, deputado Paulo Ramos, conseguiu ontem as 24 assinaturas necessárias. ■